



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Crimes de notoriedade e modos de exibição: um olhar para o acervo do Museu da Polícia do Estado de São Paulo

Autoria: Cilmara Veiga Lima de Melo (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Localizado no prédio da Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra, o Museu da Polícia Civil do Estado de São Paulo exerce uma dupla função, segundo informa seu site oficial: "subsidiar a formação dos alunos policiais" e "preservar e divulgar a história da Polícia Civil de São Paulo". Seu acervo começou a ser produzido na década de 1920 por meio da reunião de armas e outros objetos oriundos de apreensões e investigações policiais, com a intenção de instruir e ilustrar as aulas ministradas na antiga Escola de Polícia. Foi somente na década de 1950 que a coleção passou a ser exposta a aberta à visitação pública, dando, assim, outros contornos a tais propósitos pedagógicos. A presente comunicação volta-se precisamente para este espaço. Dentro de suas pretensões institucionais e históricas, o acervo do Museu possui uma variedade de peças que, em sua exposição e disposição espacial, buscam informar sobre o work da polícia ao longo do tempo: réplicas de carros, aparelhos de investigação e perícia, mobiliários antigos, uniformes, uma ampla coleção de armas. Nessa gestão da imagem da corporação e de suas atividades, o crime aparece como uma questão a ser também apresentada. Parte significativa do acervo exposto ao público é composto por objetos, fotografias, documentos e imagens dedicados a contar a história de "delitos de grande repercussão", como o



crime da mala, de 1928, o caso do Maníaco do Parque ou o caso da exumação de Josef Mengele, entre outros. Nesse sentido, na constituição do Museu da Polícia, o crime ocupa um lugar central na produção de conhecimento, memória, e exibição. Tendo em vista esse acervo e suas anunciadas pretensões, este paper se propõe a analisar as representações particulares feitas pelo Museu, assim como seus múltiplos efeitos, através da exibição de certos crimes e certos criminosos. Para tanto, o work se dedicará a refletir sobre a estreita relação entre o acervo técnico e a concepção das exposições. Ou seja, a partir da observação, em especial, das exposições destinadas aos ?delitos de grande repercussão? e aos ?criminosos sexuais?, busca-se compreender as dinâmicas e os critérios envolvidos na seleção do que será exibido e do que, por sua vez, permanecerá apenas arquivado como material de referência. Quais casos são escolhidos em detrimento de outros para compor esses espaços? O que é dito sobre cada um deles? Como estão organizadas e dispostas peças, fotografias e informações? Diante dessas e outras questões, pretende-se, portanto, refletir não apenas sobre a elaboração de tais espaços, mas também sobre os efeitos intrínsecos à produção de permanência e conhecimento engendrada pelo Museu, que se sedimentam por meio da escolha do que é exemplar, excepcional e digno de notoriedade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: